



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 22/2016

----- Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e quinze minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Não foram presentes atas para aprovação. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: setecentos e noventa e três mil, trezentos e dez euros e noventa e nove cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e quarenta e três mil, oitocentos e nove euros e noventa e cinco cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- **MOÇÃO - BENEFICIAÇÃO DA ER 361 - ALCANEDE/ALCANENA** -----

----- **COMEMORAÇÕES DOS 180 ANOS DO CONCELHO - LISTAGEM DE PARTICIPANTES NA INICIATIVA DA “CÁPSULA DO TEMPO”**-----

----- **ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS** -----

----- **FESTA DE NATAL DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR – 16/12/2016 - OFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E DESPORTIVA DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos.-----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção voltando a questionar se já houve novos desenvolvimentos relativamente ao que se passa na freguesia de Asseiceira face á inercia por parte das entidades competentes, nomeadamente “o buraco de Asseiceira” e a ausência de medidas de segurança dentro da freguesia e também para todo o concelho de Rio Maior, sendo que a situação está a agravar-se de forma muito acentuada e que exige outro tipo de tomadas de posição, pois não havendo resposta é porque não se é ouvido, e como tal, tem que se fazer ouvir. O mesmo se passa com a reunião agendada com o Secretário de Estado esperando que a mesma não fosse adiada, dado que, efetivamente, as Infraestruturas de Portugal respondem a cidadãos e não respondem nem aos Partidos Políticos, nem aos Deputados. -----

----- Sobre a Moção relativa á Beneficiação da ER 361, Alcanede/Alcanena, referiu que as autarquias infelizmente em Portugal, têm mais de sessenta mil quilómetros de estradas sobre a sua alçada e o “Portugal 2020”, não responde ás necessidades de conservação, reparação e sinalização rodoviária verificando-se um pouco por todo o Distrito a necessidade de as autarquias individualmente, ou a nível nacional, através da ANMP tomarem posições públicas de exigência de uma alteração de políticas públicas para apoio destinado a reabilitação de estradas, sendo a citada estrada um exemplo de degradação, não sendo nada fácil de entender que aquela estrada numa parte do concelho tivesse sido arranjada e a outra parte continue por arranjar. Manifestou solidariedade por esta situação que não é um problema de uma autarquia, mas um problema da ANMP e de alteração das políticas públicas dos governos, porque se o POPH participou para a área da Construção Civil, com a recuperação e construção de escolas novas, também se poderá encontrar no atual uma outra solução.-----

----- Terminou a intervenção reportando-se a um munícipe de Assentiz que se queixa sistematicamente da pouca pressão da água naquela localidade, questionando a razão desta situação. Solicitou também para que a Senhora Presidente lhe dissesse se a Comissão de Toponímia já tem o processo relativo a uma sugestão e recomendação, com vários anos, sobre a placa ou rua alusiva a Álvaro Cunhal já que ele fez cento e três anos. Por último dizer ainda que é com muita honra que nos dias dois, três e quatro estaria presente no vigésimo Congresso do PCP e que seria o representante da sua organização no concelho e referiu que tudo fariam para encontrar linhas de orientação que beneficiem o concelho de Rio Maior e Portugal.-----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se ao assunto para conhecimento relativo á Festa de Natal dos Trabalhadores da Câmara Municipal e agora que se está a aproximar a quadra natalícia a qual é importante também do ponto de vista da economia, do comércio e das relações familiares, desejando a todos uma boa quadra natalícia. Desejou também que os comerciantes tenham uma boa época de Natal e que as vendas e o comércio possa florescer e que as empresas possam nesta altura do ano ter um reequilíbrio das suas contas, ou seja as compras não devem ser vistas no sentido do desperdício, mas também daquilo que é a afetividade e as emoções. ----

----- Continuou a intervenção referindo a festa de S. Martinho organizada pelos escuteiros e recordou um acidente ocorrido com um munícipe que caiu na Ribeira de São Gregório, porque se abeirou da mesma para despejar algo e esta cedeu. Como estava no local tivera oportunidade de circular na Zona do Centro Pastoral a montante e verificou que as margens em causa estão muito danificadas, pelo que alertava para esta situação, embora a responsabilidade seja do Centro Pastoral, mas a Câmara poderá ter ali uma intervenção, prestando algum apoio para que aquelas margens possam ser restabelecidas e recuperadas. Referiu que em espaço urbano a responsabilidade da linha de água e da manutenção das margens e da monitorização será da Câmara Municipal, em conjunto com outras entidades, e mesmo que o não seja, que esta possa pressionar outras entidades para que as medidas se tomem porque trata-se de uma situação que se arrasta há anos, e os muros estão dentro da Ribeira de São Gregório, assim como os candeeiros, e abordava a questão no intuito de tentar evitar que outros acidentes aconteçam, tanto mais que se trata de um espaço utilizado pelos escuteiros e pelos alunos da catequese.-----

----- Sobre o Nó do IC2 opinou que a audiência que a Senhora Presidente vai ter com o Senhor Secretário de Estado é de interesse público, pois trata-se de um assunto da maior importância para todos os riomaiorenses, e informou que o PS no dia catorze de novembro na Assembleia da República, dirigiu uma pergunta ao Governo sobre o ponto da situação do Nó do IC2, questionando sobre as medidas que estão a ser tomadas ao nível da monitorização e dos investimentos e sobre as opções que estão a ser contempladas, referindo que os Vereadores eleitos pelo PS estão solidários e estarão disponíveis para todas as medidas que forem necessárias para que aquele assunto seja resolvido rapidamente.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se referir á reunião marcada com o Senhor Secretário de Estado e referiu que estavam disponíveis para o que fosse necessário em defesa dos interesses

de Rio Maior. -----

----- Referiu o processo relativo aos números de polícia em Bairradas pois verificam-se dificuldades na distribuição de correspondência, algo que não acontecia no tempo em que os carteiros eram pessoas conhecidas e que os CTT tinham uma relação laboral de continuidade, acrescentando ainda as dificuldades de haver muitos moradores novos e como não há números de polícia, nem nomes de rua torna-se difícil a entrega da correspondência, com os correspondentes prejuízos para aqueles moradores, solicitando a resolução desta questão logo que possível.-----

----- Referiu também que na Estrada dos Quintinos vira a colocação de lancil de cantaria a meio metro dos muros existentes, quando nesse futuro passeio ainda existem postes de iluminação pública e ninguém beneficia daquele investimento que está a ser feito porque qualquer peão que se queira deslocar ou que utilize uma cadeira de rodas, tem de se desviar para a estrada porque não cabe entre o lancil e as construções existentes, sendo a solução ou alargar a estrada ou fazer valeta de um lado, marcando-se o pavimento a branco com uma zona para os peões passarem, o que resolveria o problema. Referiu que esta situação é comum a outras freguesia e como as verbas são cada vez mais escassas, as obras devem ser feitas em condições, solicitando que os serviços técnicos apoiassem os Presidentes de Junta nestas áreas.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Informou que a Comissão de Toponímia está a funcionar e estão em fase de colocação de uma série de topónimos atribuídos na cidade de Rio Maior, que virão a conhecimento da Câmara, estando também agendado uma proposta feita pela EICEL para atribuição de uma rua com o nome do Eng^o Falcão Mena, pelos colegas Vereadores do PS da proposta para atribuição de nome de Rua ao Prof. Mariano Gago e ainda a proposta dos moradores do Bairro da Paz e de toda a zona envolvente para a denominada Quinta do Abum. Informou que relativamente ao Dr. Alvaro Cunhal nada está agendado. Informou também o Dr. Carlos Nazaré que estão registadas as lacunas existentes na toponímia e números de polícia relativamente á localidade de Bairradas e a seu tempo essa falha será colmatada.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por referir o excelente trabalho desenvolvido pelos escuteiros, com a realização de diversos eventos, nomeadamente a festa do São Matinho que acabou não da melhor maneira, salientando que os escuteiros não têm qualquer responsabilidade no incidente ocorrido. Opinou que têm de ser separadas as duas

situações, ou seja o rio e o acesso ao mesmo, pois estavam numa propriedade privada que é da paróquia e a responsabilidade de acesso ao rio é da igreja e certamente a Câmara Municipal está disponível para ajudar a resolver aquele problema se lhe for solicitado.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente ao IC2 referiu que o último contacto que fizera com a Infraestruturas de Portugal, em Santarém fora no dia trinta e um de outubro, em que lhe informaram que o assunto tinha sido encaminhado para Almada e estavam a aguardar uma reunião.-----

----- Sobre a Ribeira de São Gregório informou que já se encontrava adjudicada a limpeza da mesma, o que não aconteceu mais cedo porque houve alguma dificuldade em arranjar uma empresa com toda a documentação necessária para concorrer. -----

----- Sobre a Estrada dos Quintinos referiu que se deslocou ao local com o Eng^o Ricardo Rosário, dado que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira pediu aos serviços para fazerem a marcação de uma propriedade que faz extrema com a via, tendo sido sugerido outras alternativas devido ao facto da estrada ser estreita e se o passeio também for muito estreito em nada beneficiará a circulação, referindo tratar-se de uma obra da Junta de Freguesia, mas a Câmara está sempre na disposição de colaborar.-----

----- Sobre a falta de água em Assentiz referiu que as pessoas que moram junto ao depósito continuam a queixar-se da baixa pressão da água, não estando relacionado com a falta de água no depósito.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou o Vereador Augusto Figueiredo que na última reunião de Câmara dera conhecimento que a reunião estava agendada para o dia vinte e dois de novembro, daí considerar inoportuno a apresentação de questões sobre essa situação. Reforçou também que as Infraestruturas de Portugal podem dar resposta a qualquer munícipe, mas opinou que as respostas que a Câmara tem tido por parte da Infraestruturas de Portugal não satisfizeram a autarquia, até porque referiram que não sabiam o que ia acontecer e até poderia ser só resolvido em dois mil e dezassete, tratando-se de uma questão do superior interesse do concelho de Rio Maior. Disse ainda que foram os Deputados do Partido Comunista que apresentaram em primeiro lugar a questão ao Governo e entretanto, na passada semana, foram os Deputados do PS e salientou que fizera questão de dizer aos Deputados do Distrito eleitos pelo partido pelo qual milita, que o não fizessem, porque não queria que fosse uma questão política, mas uma questão do superior interesse do concelho de Rio Maior, e frisou que quem resolve a

questão diretamente com o Governo, e nos locais certos, é a Presidente da Câmara, uma vez que a questão tinha sido colocada, após terem conhecimento que o Nó iria ser encerrado por questões de segurança, e não poderiam por em causa esse encerramento. Aditou que foram sempre acompanhando todo o processo, questionando para quando essa resolução e frisou que solicitaram o agendamento de uma reunião com o Senhor Ministro em junho, e este só em agosto deu conhecimento que o assunto seria abordado pelo Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas. Essa reunião foi agendada, como já referira para o dia vinte e dois de novembro. Aditou que iria acompanhada pelo Vice-Presidente, Dr. Carlos Frazão, agradecendo em simultâneo, a disponibilidade do Vereador Carlos Nazaré, referindo que, se a resolução não for do interesse de Rio Maior, então aí sim, iria solicitar o envolvimento e a colaboração de todos. Aditou que, das três questões que iria abordar, a mais urgente era o encerramento do Nó de Asseiceira, mas abordaria também a questão da requalificação da EN114 e ainda a questão do Nó de Vale de Óbidos que foi aberto. Disse que iria reunir com um município no sentido de tentar levar para a reunião alguns elementos sobre esta matéria, pois da parte das Infraestruturas de Portugal, área de Santarém, já lhe disseram que fora apenas um Nó aberto para obra.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Em relação a Asseiceira trata-se de uma obra que é feita pela Junta de Freguesia de Asseiceira, mas ao abrigo da delegação de competências e nesse sentido, a Câmara delega na Junta de Freguesia mas deve apoiar tecnicamente a mesma, competindo á Câmara zelar para que isso aconteça e tem de haver auto de medição para que a Junta seja ressarcida das verbas investidas.-----

----- Sobre a reunião com o Senhor Secretário de Estado referiu que a população de Asseiceira não pode continuar a ser prejudicada como tem sido e deve ser lembrado ao Senhor Secretário de Estado que em tempos já houve cortes de trânsito na estrada de Asseiceira porque a população foi para a rua e exigiu isso e, se necessário for provavelmente voltará a acontecer o mesmo, porque compete ao Governo encontrar soluções que não passem pela situação que está a acontecer de não haver condições de segurança para as pessoas que lá vivem, e, não se quer voltar ao tempo em que morriam pessoas em Asseiceira, quase diariamente. Deve ser dito que tem Vereadores que na época acompanharam todo o processo, sendo as questões essenciais o Nó de Asseiceira e a requalificação da EN114. Referiu que houve uma saída provisória para obra em Vale de Óbidos, mas tratou-se de uma situação provisória e frisou que conhecia os dossiers e estava na Câmara desde o princípio e nunca foi falado no Nó de Vale de Óbidos, frisando que fora um privilégio conseguir os três Nós de ligação no concelho de Rio Maior. Referiu ainda que devem ser analisadas

e avaliadas todas as situações que sejam viáveis, no entanto se for para “mentir” baseado no passado, não estava disponível.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre a Junta de Freguesia de Asseiceira referiu que tinha confiança nos serviços e no executivo da Junta de Freguesia para encontrarem a solução adequada.

----- Sobre o IC2 referiu que na perspetiva inicial não havia a A15, havia o IP6, sendo nessa perspetiva que aparecem as duas serventias, ainda não havia as três portagens. Disse ao Vereador Carlos Nazaré, que os desenvolvimentos não são estáticos e a CDU apenas colocou perguntas e frisou que não encontrava escrito em lugar nenhum qualquer observação sem que primeiro seja respondida pelo Governo, dizendo que, se é do seu relacionamento algum “mentiroso” agradecia que o esclarecesse, porque não era do seu. Referiu que atualmente o “caldo de cultura” que se está a fazer na freguesia de Asseiceira, e não só, é idêntico ao “caldo de cultura” e que levou a uma atitude mais grave e mais dura da população, porque não é apenas dentro de Asseiceira, é a quantidade de tráfego e o perigo permanente em que se vive na localidade.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que está a preparar todo o processo, juntando excertos de atas das reuniões com as posições que têm sido tomadas e notícias da Comunicação Social sobre o assunto. Agradeceu o esclarecimento do Vereador Dr. Carlos Nazaré e aceita a disponibilidade demonstrada para esclarecer a situação relativa a uma possível abertura do Nó de Vale de Óbidos, e terão de pensar numa nova solução, se por questões de segurança, lhe for dito que não será viável uma solução a curto prazo. Disse ainda ao Vereador Augusto Figueiredo que vai continuara a trabalhar pelos superiores interesses do concelho de Rio Maior, sempre nos locais certos. -----

-----Recordou o compromisso do Executivo de rever o Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos prevê que a sua revisão seja feita até ao final de cada mês de novembro do ano civil anterior ao da sua aplicação. Esta situação é particularmente aplicável quando se trata de uma mera atualização de acordo com a taxa de inflação, uma vez que aplicando-se a taxa comunicada pela ERSAR não é necessário aguardar por parecer, bastando para o efeito comunicar a essa entidade que se efetua a atualização conforme a taxa de inflação aplicada, isto quando se trata de uma mera atualização. Mas, uma vez que o Executivo pretende fazer uma revisão dos tarifários, informou que foi enviado para aquela entidade um estudo de sustentabilidade económica financeira, elaborado pelos serviços, que justifica os preços a praticar, estando esta situação sujeita a aparecer a emitir pela entidade reguladora, que tem

atribuições em matéria de regulação económica do sistema de titularidade municipal que lhe confere poderes para regular, auditar e fixar a aplicação de tarifas, bem como para emitir instruções vinculativas sobre as tarifas a aplicar. -----

----- Disse ainda que, apesar do regulamento municipal prever um prazo limite para a submissão dos tarifários, a apreciação da Câmara, entende-se que, sendo os poderes da ERSAR conferidos por Lei, e não estando ainda emitido o competente parecer, ou seja a Câmara enviou o estudo e aquela entidade ainda não enviou o parecer que é vinculativo, no entanto alerta-se o facto, daquela entidade ter comunicado, ainda que informalmente, através de conversa telefónica com um técnico, que existe grande acumulação de pareceres para emitir, pelo que se espera alguma demora na receção do citado parecer. A proposta da revisão do tarifário foi atempadamente submetida no portal da entidade reguladora e encontra-se a aguardar o competente parecer. Disse ainda que esta proposta prevê um ajustamento dos tarifários que permitirá em termos globais uma redução do preço a pagar na fatura mensal desses serviços. Portanto a proposta que tinha para apresentar, é que o regulamento tem de ser aprovado até trinta de novembro, correndo o risco de, se assim não for, não ser considerado no ano de dois mil e dezassete, daí propor que se aguarde até ao último dia do mês pelo parecer do ERSAR, fazendo contactos no sentido do mesmo ser emitido e que, rececionado, ou não, se faça uma reunião extraordinária no dia trinta de novembro, pelas dez horas, com o agendamento da atualização dos tarifários, na esperança que o parecer seja emitido até essa data, e, caso isso não se verifique, a Câmara reúne e delibera sobre a revisão dos tarifários para não se correr o risco de não o fazer durante o mês de novembro.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que esta questão da revisão dos tarifários era de extrema importância para o PS, tanto mais que votaram o tarifário quando foi preciso, referindo que estão disponíveis para o agendamento da reunião de Câmara, embora se assim o entender, a Senhora Presidente poderá fazê-lo por despacho a ratificar, de modo a que não se perca essa oportunidade. Frisou que estão inteiramente disponíveis no sentido de facilitar o compromisso assumido anteriormente.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que o Executivo vai enviar atempadamente o estudo sobre a revisão do tarifário para que os Senhores Vereadores possam ter tempo para o analisarem e nessa mesma reunião extraordinária também poderão ser agendados outros assuntos.-----

----- **AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Manifestou a sua total disponibilidade para a reunião, opinando que é importante,

até porque a CDU é contra a medida, sendo a favor da revogação dessa medida e aí vão ter oportunidade de o manifestar.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- Não foram presentes despachos para ratificação.-----

----- **PONTO II – BAIRRO SOCIAL MÃE D'ÁGUA – CONTRATO DE ARRENDAMENTO EM NOME DE ROSA DE ABREU MENDES – ANULAÇÃO DA DÍVIDA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações e parecer emitido, autorizar a anulação dos valores emitidos e não pagos, no montante de 197,54€ (cento e noventa e sete euros e cinquenta e quatro cêntimos).-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO III – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE GESTOR LOCAL DE ENERGIA** -----

----- A Presidente da Câmara retirou o ponto. -----

----- **PONTO IV - CONTA FINAL DE EMPREITADA - REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS DAS ZONAS LÍMITRFES DE RIO MAIOR - ARCO DA MEMÓRIA (PROJ. 244 2014/85) - PROCESSO: 86/2014/CP** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos e fundamentos constantes da Informação Interna nº AS30/16, datada de 19 de outubro de 2016 e respetivos despachos, aprovar a conta final da empreitada, elaborada com índices de revisão de preços definitivos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO V - REDE COLETORA ALFOUVÉS E AZAMBUJEIRA – PROCESSO Nº 48/2004/SAGEF - RECEÇÃO DEFINITIVA / RESTITUIÇÃO DE CAUÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação total da caução prestada pela empresa "PAVIQUER – Pavimentos e Construções, Lda", no âmbito do contrato de empreitada identificada em assunto, nos termos da informação nº 28/2016/UFAS-RL, datada de 15 de novembro, Auto de Receção Definitiva datado de 28 de outubro de 2016 e respetivos despachos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO VI – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE AGROPECUÁRIA ALEXANDRE & PERES, LDA. - PROC. 133/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é concordar com os fundamentos constantes na informação e parecer em emitidos, reconhecendo o interesse público municipal dado tratar-se de uma atividade que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região, e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que pensara que já tinham terminado esta senda que a todos coloca numa posição delicada porque fizeram a primeira opção de, com base no desenvolvimento económico e na criação de emprego, não obstruir os processos, dado que a Lei dava um prazo que foi cumprido, mas vão surgindo sempre mais processos e um dia destes o concelho é “uma manta de retalhos” e, provavelmente, do ponto de vista político, este tipo de soluções tornam a exceção na regra, o que começa a ser muito complicado, pois na ausência de um Plano Diretor Municipal que atualizado e com as dificuldades que estão a ser criadas, a CDU vê com muita preocupação a continuação deste processo.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que estas situações acontecem porque o PDM ainda não está concluído e porque a Lei prevê esta possibilidade. Aditou que da análise feita e dado que as instalações estão construídas e existem postos de trabalho em causa, questionava quais seriam os danos ambientais se a opção fosse demolir, pois aqueles terrenos não vão ser para agricultura ou para cumprir uma outra função. Assim, considerou ser um problema que a Câmara, enquanto decisora territorial tem, opinando que também deve ser percebido quais são as consequências de não o fazer e de, no limite votarem contra. Indicou o sentido de voto como favorável, independentemente dos postos de trabalho que cria, opinando que o contrário será mais danoso em termos ambientais do que a existência da própria exploração.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Interveio para dizer que iria votar favoravelmente, considerando que a Lei foi prorrogada, e o Executivo e a Assembleia Municipal, relativamente a outras situações

tomaram a mesma posição, opinando que não deverá haver decisões diferentes para problemas iguais.-----

---- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Nós votámos a favor por uma razão de coerência. Primeiro porque o proponente cumpre as normas que lhe são exigidas. Segundo porque não é da responsabilidade da autarquia, nem do interessado a dilatação do prazo para alteração da Lei, o que significa que estas medidas não podem ser casuísticas ou ao nível dos Ministérios que vão protelando a sua responsabilidade para terceiros.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pela Presidente da Câmara e pelos Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia e Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votámos favoravelmente esta proposta porque cumprindo a Lei e de acordo com a informação técnica, acreditamos ainda que a não viabilização deste processo, desta forma, terá muito maiores danos do que a solução agora discutida.”-----

----- **PONTO VII – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM NOME DE MARIA FERNANDA BENTO SANTOS - PROC. 134/2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é concordar com os fundamentos constantes na informação e parecer emitidos, reconhecendo o interesse público municipal dado tratar-se de uma atividade que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região, e submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Nós votámos a favor por uma razão de coerência. Primeiro porque o proponente cumpre as normas que lhe são exigidas. Segundo porque não é da responsabilidade da autarquia, nem do interessado a dilatação do prazo para alteração da Lei, o que significa que estas medidas não podem ser casuísticas ou ao nível dos Ministérios que vão protelando a sua responsabilidade para terceiros.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida** subscrita pela **Presidente da Câmara e pelos Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia e Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votámos favoravelmente esta proposta porque cumprindo a Lei e de acordo com a informação técnica, acreditamos ainda que a não viabilização deste processo, desta forma, terá muito maiores danos do que a solução agora discutida.”-----

----- **PONTO VIII - ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – ANO LETIVO 2016/2017 – REVISÃO AOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO CELEBRADOS COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a revisão para o ano letivo 2016/2017 dos Acordos de Colaboração celebrados em 2008/2009 com os Agrupamentos de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva e Marinhas do Sal, nos termos da informação n.º 35/SUASE/2016 de 15 de novembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO IX - ATRIBUIÇÃO SUPLEMENTO ALIMENTAR – ANO LETIVO 2016/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é apoiar os alunos na atribuição de suplemento alimentar (lanches), conforme indicado pela Escola Básica Latino Coelho e de acordo com o parecer emitido pelos serviços de Ação Social do Município.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO X - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE RIO MAIOR PARA AQUISIÇÃO DO PRÉMIO BOMBEIRO DO ANO – COMANDANTE DR. EDUARDO AGOSTINHO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é de atribuir um apoio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Rio Maior, no montante de 541,80€ (quinhentos e quarenta e um euros e oitenta cêntimos), nos termos da informação n.º 2/SCUEACVCH/2016, de 14 de novembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XI - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR-**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea p) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, autorizar a atribuição de um apoio financeiro à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior, no valor de 7.750,00 € (sete mil, setecentos e cinquenta euros), conforme solicitado no ofício n.º 15 de 4 de novembro de 2016. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XII - ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DA DISTINÇÃO DO MÉRITO DESPORTIVO (GALA DO DESPORTO) DO CONCELHO DE RIO MAIOR -**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações técnicas e de acordo com o previsto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, iniciar o procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento da Distinção do Mérito Desportivo (Gala do Desporto) do Concelho de Rio Maior ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicitar a decisão no sítio da Internet do Município e delegar na Chefe de Unidade Administrativa, Educação, Cultura e Valorização do Capital Humano a direção do procedimento nos termos do artigo 55º do citado código, que por sua vez pode encarregar inferior hierárquico seu da realização de diligências instrutórias específicas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Referiu que esta Gala é no sentido do reconhecimento dos talentos desportivos e de todos aqueles que estão ligados ao mundo desportivo riomaiorense, tanto mais que Rio Maior é conhecida como a cidade do desporto, mas vai muito para além disso com o complexo desportivo existente. Esta Gala pretende também distinguir, reconhecer e premiar o mérito desportivo de entidades, dirigentes e treinadores e toda a comunidade riomaiorense ligada ao desporto e para se fazer uma Gala tem que haver um regulamento, daí esta proposta de início de procedimentos, para posteriormente ser apresentada a proposta de regulamento á Câmara Municipal e posteriormente á Assembleia Municipal, reconhecendo assim não só os atletas, mas todos, no seu conjunto.-----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Saudou esta iniciativa que apesar de tardia vem sempre em bom tempo, pois Rio Maior tem como âncora da sua atividade, há mais de vinte anos, o desporto e Rio Maior estava nesta fase a ser muleta para algumas iniciativas, opinando não haver nada pior do que isso. Disse ainda que, um projeto como a Cidade do Desporto, exige liderança, determinação, perfeição e reconhecimento dos “nossos” em primeiro lugar e depois dos outros e a CDU defende que Rio Maior não deve ser a capital do desporto, nem a cidade do desporto, mas sim o Concelho do Desporto, sendo aí que considerava que esta Gala redobra a sua importância, pois vai fazer com que as infraestruturas das freguesias, os seus atletas, clubes e associações possam também eles ver reconhecido o seu esforço que por vezes é muito mais gigantesco do que as Sociedades Desportivas e outras instituições. Congratulou-se com a proposta apresentada e referiu esperar que esta Gala permita que se acabe com os “penduras” que têm andado em volta de Rio Maior.-----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Interveio para se congratular com a proposta apresentada, recordando que em vários momentos públicos tivera oportunidade de referir que Rio Maior precisava desta Gala e recordou o troféu “Gandula” organizado em Rio Maior nos anos oitenta e que tinha uma expressão de âmbito nacional, sendo uma cerimónia de distinção das figuras ligadas ao Desporto, a nível nacional, mas que acontecia em Rio Maior. Opinou que é esse paço, não obstante o mérito e o trabalho que está a ser desenvolvido, e deu os parabéns ao Executivo, na pessoa do Vereador Lopes Cadoso, e não obstante o mérito e a urgência em reconhecer o esforço dos atletas riomaiorenses, na área do desporto, opinou que estava a faltar a Rio Maior um momento que possa assinalar a ligação do desporto com as artes do áudio visual, dado que isso ainda em Portugal, e assim sendo trata-se de um espaço que Rio Maior pode ocupar antes que outros o façam.-----

----- Ainda sobre esta matéria, referiu que não há em Rio Maior um momento que ligue a fotografia, a caricatura, o cinema e outras artes do áudio visual, ao desporto, ou seja não há um registo sobre qual a melhor fotografia de desporto tirada em Portugal no ano de dois mil e dezasseis, ou qual é o melhor documentário realizado em Portugal, também não se sabe qual é o melhor filme realizado a nível nacional sobre a temática do desporto, porque não há um fórum ou um festival onde isso seja assinalado. -----

----- Opinou que deve nascer em Rio Maior, um fórum em que se distingue fotografia, cinema, documentário, caricatura, algo que deve avançar rapidamente e que a Gala do Desporto possa ser o início de um outro momento que pode criar uma onda

nacional e até mesmo internacional de afirmação de Rio Maior na senda desportiva por esse mundo fora.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Voltou a intervir para recordar o programa eleitoral da CDU onde constava o festival de cartoon e a necessidade de haver um novo “Cineclube”. Disse estar em sintonia com a valorização do desporto e de Rio Maior ser liderante nesta área, apesar de ser muito difícil, mas vale a pena e estava feliz por terem lido o programa da CDU.--

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XIII - PROJETO DE REGULAMENTO SOCIAL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º do mesmo diploma, submeter o projeto de Regulamento Social dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior à Assembleia Municipal, para aprovação. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sobre este assunto referiu tratar-se de uma aspiração antiga da Associação dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior e congratulou-se que tivessem sido criadas as condições para avançar com o projeto de regulamento, esperando que o mesmo levasse alguma justiça aos Bombeiros, pois fora uma matéria que sempre acompanhara, assim como também desejava que este protocolo se estabelecesse com outras entidades do concelho de Rio Maior.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente ao ponto em questão ressaltou o trabalho voluntário e benévolo que a comunidade que integra a Associação dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior e da forma como têm atuado perante a comunidade riomaiorense, opinando que esta proposta era o mínimo, enquanto autarcas, que podiam fazer. Referiu que concorda com a lógica que ficou inerente ao próprio regulamento, sendo um ponto de partida que tem algumas áreas muito cautelosas e que devem ser exploradas no futuro, porque também na questão social, há muito interesse colateral e este regulamento permite que a Corporação seja a grande beneficiária, sendo exatamente isso que se pretende. Trata-se de um princípio, e a curto prazo, numa era em que a economia social, até para a União Europeia, é o caminho, outros atores da sociedade riomaiorense e da sociedade civil, merecem o respeito que deve ser consubstanciado com a atitude de tornar social, muitos dos encargos que existem. Indicou o sentido de

voto como favorável e com a expectativa de que em cada dia haja melhores bombeiros, com melhor atuação na comunidade, com melhor valorização dos seres humanos que lá estão e assim, impedir de vez, outro tipo de leituras que possam ser mais prejudiciais para a Cooperação e para a comunidade riomaiorense.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Congratulou-se com a apresentação desta proposta referindo tratar-se de um assunto que há muitos anos tem sido falado, muitos antes deste Executivo, mas que por diversas razões ainda não fora possível concretizar, o que aconteceu agora, também por via do entendimento com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior, até porque este regulamento social, sendo da Câmara Municipal, só faria sentido ser feito em consonância com a citada Associação, o que aconteceu, embora se deseje sempre ir cada vez mais longe. Na proposta apresentada houve o acordo com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior. Disse também que este tipo de Regulamento existe também noutros municípios e pretende apoiar todo o conjunto de homens e mulheres que de uma forma abnegada, voluntária, prejudicando muitas vezes a família, estão sempre prontos para ajudar os outros, sem receber nada em troca. Trata-se de um reconhecimento da sociedade riomaiorense ao trabalho destes homens, sendo também um marco histórico chegar a este entendimento que muito valoriza os Bombeiros, mas ainda mais a sociedade riomaiorense e a Câmara Municipal que teve a capacidade de o assumir e de apresenta-lo na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Fernando Frazão Correia subscrita pelos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida e Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente porque penso que os Bombeiros merecem, efetivamente, terem um regulamento social e que o mesmo em tempo oportuno, poderá ser alargado a outras entidades dentro do campo do voluntariado.”-----

----- **PONTO XIV - RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR E CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO CONCELHO DE RIO MAIOR “O NINHO”** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos e fundamentos constantes das informações emitida, proceder à renovação do protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Rio Maior e o Centro de Educação Especial “O Ninho” tendo em vista a inserção de onze cidadãos portadores de deficiência motora e/ou intelectual. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Referiu que este exemplo dignifica a sociedade riomaiorense, numa dimensão inclusiva e seria um bom tema perceber a importância que as Direções do “Ninho” têm tido ao longo dos anos e que não têm regulamento social.-----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Congratulou-se com a proposta apresentada.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XV - CRIAÇÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE E CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÓNIMA CONCESSIONÁRIA DO MESMO E CRIAÇÃO DE UM NOVO SISTEMA MULTIMUNICIPAL POR CISÃO DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE LISBOA E VALE DO TEJO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter à Assembleia Municipal a seguinte proposta: -----

----- **1.** A emissão de parecer favorável à criação, por decreto-lei, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, abreviadamente designado por «sistema», por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo resultante da agregação de sistemas que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ("sistema este que, após a cisão, passa a adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo"), tendo o novo sistema o mesmo âmbito do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/95, de 14 de junho, alterado pela Lei 92-A/95, de 28 de dezembro, do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei 288-A/2001, de 10 de novembro, e, apenas na vertente de saneamento de águas residuais, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, que foram extintos pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e integra os mesmos e seguintes utilizadores daqueles sistemas: municípios de Alcobaça, Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Peniche, Rio Maior, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira; -----

----- 2. A emissão de parecer favorável à constituição, pelo mesmo decreto-lei, da sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema, e à celebração com esta de um contrato de recolha; -----

----- 3. A aprovação do Acordo Parassocial a celebrar entre todos os acionistas da Águas do Tejo Atlântico, S.A., e que visa regular algumas matérias relativas à sociedade; -----

----- 4. O pedido à Assembleia Municipal que delibere confirmar a manutenção da integração do Município na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, por cisão da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, com dispensa de elaboração e registo do projeto de cisão, (sociedade esta que, após a cisão, passa a adotar a denominação de "Águas do Vale do Tejo, S.A."), detendo nela o Município a participação acionista que figura no anexo 1 ao projeto de decreto-lei; -----

----- 5. Emitir parecer favorável sobre: **i)** a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo resultante da agregação de sistemas que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio (sistema este que, após a cisão, passa a adotar a denominação de sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Vale do Tejo), mediante a criação de um novo sistema multimunicipal; **ii)** a cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., com a constituição através do mesmo decreto-lei das Águas do Tejo Atlântico, S.A.; e **iii)** as consequentes alterações quer do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, que à Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., constantes do projeto de decreto-lei em anexo. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio sobre este assunto para dizer que esta proposta é uma reversão histórica, capitais públicos e gestão pública, o que significa que este Governo minoritário do PS, não é um Governo de esquerda, com o acordo na posição conjunta com o PCP e outros partidos, faz uma viragem de grande significado político, ou seja a água é um bem público, portanto é de todos, e faz parte do XXI Governo Constitucional a reversão das empresas da água e a sua gestão, salientando que este elemento, para a CDU, era essencial e não sendo a solução da CDU é um caminho, daí que iria votar a favor tendo em vista a construção de um caminho comum.-----

----- Referiu também que nesta fase obstruir a tentativa de gestão pública e de capitais públicos, relativamente á água, seria um erro e poderia dificultar a ação,

esperando que isto, posteriormente, se consubstancie numa fase em que não retire aos municípios a capacidade de gerirem em baixa as suas capacidades instaladas.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para dizer que este é o caminho que vai no sentido daquilo que se pretende, que é a gestão pública do sistema, e vai no bom caminho porque, como defendem, que os custos sejam imputados a cada um dos sistemas e quando se avança neste sentido, há condições, teoricamente para baixar os custos, portanto do ponto de vista da gestão e da estratégia, este é o caminho.-----

----- Referiu que Rio Maior sendo um concelho de charneira conseguir estar em simultâneo no Oeste e na Lezíria, mas atualmente existem algumas dificuldades e só se está no Oeste em situação relacionadas com a água e o saneamento, estando na altura de equacionar esta situação, dado as limitações de interesses económicos e de investimentos nas águas e saneamento. Aditou que talvez fosse a altura de repensar, dado que nada se tem a ver com o Alentejo, a não ser a questão dos Fundos Comunitários. Acrescentou ainda que Rio Maior, no seu entender não deve perder a oportunidade, porque enquanto todo o Oeste se organiza e vai buscar os apoios, Rio Maior tem de recorrer ao Alentejo e aos compromissos aí assumidos, em termos de investimentos, depois têm de ser lá defendidos, o que se torna uma desvantagem. Sobre a proposta apresentada considerou-a de extrema importância.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que ficou triste pelo facto de em Portugal se continuar a fazer alterações permanentes e constantes, tanto mais que a Lei era do ano passado. Foi criada a empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo há um ano, agora surge mais uma alteração, situação que se vai arrastando, e, independentemente das opções ideológicas e políticas não podia deixar de manifestar tristeza por Portugal estar constantemente a alterar estruturas, a alterar empresas, o que também tem custos associados, e esse também não é o caminho. Referiu que tinha algumas dúvidas sobre esta matéria, pois estavam a criar um sistema multimunicipal que vai trabalhar ao nível do saneamento e não do abastecimento de água, o que significa que o abastecimento em alta, para o município de Rio Maior continuará será a nova empresa Águas do Vale do Tejo.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que concordava com o Vereador Daniel Pinto quando este diz que as alterações são constantes, mudam os executivos, mudam as políticas e volta tudo ao mesmo, algo com o que não concorda, e recordou que este Executivo não tem seguido essa política, dado que apenas alterou, em relação ao que tinha sido feito anteriormente, as passeadeiras na cidade e porque houve essa necessidade. Referiu

ser reconhecido que os Executivos por si liderados, quando assumiram funções não fizeram aquilo que se faz a nível nacional, ou seja, abafar o que foi feito anteriormente, mas, antes pelo contrário, agarraram no que estava em andamento, melhorando o que existia e continuando a trabalhar numa lógica de continuidade e colocando ainda mais e melhor ao serviço da comunidade. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que fora um erro ter ganho as eleições, na medida em que está a continuar tudo o que o anterior Executivo deixou e a campanha eleitoral que fez não faz sentido. Opinou que há uma matriz diferente e que é distintiva, poderá ser populista, mas o relacionamento institucional democrático foi significativamente alterado, mas isso também significa que o anterior Executivo não tinha tantos “males” quando se “pregava”.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Respondeu que isso seria o que o Vereador Augusto Figueiredo faria e referiu qua a grande estratégia deste concelho foi a aposta no Desporto, e, provavelmente, caso fosse o Vereador Augusto Figueiredo a ocupar o lugar de Presidente, teria acabado com o desporto. Frisou que se representa a ela própria e não ao PSD, solicitando para não tomar em si e em quem a acompanha por aquilo que faria se estivesse no seu lugar, pois seria a política da “terra queimada”, acabar com tudo e começar de novo. Disse ainda que, quando assumiram funções, estava a decorrer o processo de instalação da Loja do Cidadão em Rio Maior e o processo continuou, opinando que todos ganharam com a localização da mesma naquela espaço, em vez de se localizar na Av. Paulo VI. Frisou que, o atual Executivo agarrou tudo o que vinha de trás, implementou e melhorou, pois consideravam que quando tudo se altera, o País retrocede.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que todos pretendem ir para o mesmo lado, apenas se escolhem diferentes caminhos.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- No uso da palavra deu conhecimento que estivera presente numa reunião em Tomar, com a presença do Ministro Eduardo Cabrita e do Secretário de Estado Carlos Miguel onde foi defendido pelos autarcas presentes da Lezíria, do Médio Tejo e do Oeste, que a perspetiva era, após as Eleições Autárquicas do próximo ano, ser criada uma nova NUT que integraria a Lezíria, o Oeste e o Médio Tejo. Também se colocou a hipótese de criar uma nova CCDR que faria a ligação entre o Oeste e Espanha, uma zona centro, Lisboa ficava isolada, e Rio Maior deixava de estar dependente quer de Évora, quer de Lisboa, situação que estava relacionada com a ideia da

“regionalização”, ou seja a criação de cinco Comissões de Coordenação que seriam transversais a todo o País, no seguimento do que acontece com o Algarve, com o Alentejo, Centro e Norte, o que se vier a acontecer será bom para todos, deixando de haver esta dicotomia de tratar os diversos assuntos em locais diferentes.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XVI - PROTOCOLO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DIABETES EM MOVIMENTO - RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a minuta de protocolo a celebrar, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Informou que nessa mesma cerimónia irá também assinar com o Instituto Politécnico de Santarém, uma carta de compromisso que tem a ver com a necessidade da infraestrutura residência para estudantes, referindo que neste momento não existem garantias, pois a quando da construção da Escola Superior de Desporto, havia também um projeto para a residência de estudantes e segundo informação do Presidente do Instituto Politécnico de Santarém não se vê condições a curto prazo para que esta residência possa avançar. Disse também que existe um problema no concelho que é a residência para os alunos da Escola Superior de Desporto, havendo alunos que ficaram colocados em Rio Maior e que não conseguiram arranjar alojamento, tendo que se deslocar diariamente. Assim, sabendo dessa necessidade, assim como o Presidente do Politécnico e o Diretor da Escola Superior de Desporto, estão a tentar encontrar uma solução para esta questão urgente, podendo haver a possibilidade de fazer pequenas residências de estudantes, e passou a citar um parágrafo da carta de compromisso que vai ser assinada nessa cerimónia, “...através da qual as partes “CMRM e IPS” se comprometem, no âmbito das suas atribuições e competências, a envidar os esforços necessários para, em conjunto, encontrarem uma solução para a residência de estudantes bolseiros da Escola Superior de Desporto de Rio Maior.”-----

---- Terminou a intervenção referindo que estão a trabalhar no sentido de encontrar uma solução para o problema citado.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Congratulou-se com assinatura do protocolo no âmbito do programa “Diabetes em Movimento” assim como se congratulou com o facto da Camara estar disponível para em conjunto com o Instituto Politécnico de Santarém assinar a carta de compromisso sobre a questão da residência de estudantes para os alunos da Escola

Superior de Desporto de Rio Maior. Referiu que, apesar de não haver verbas dos Fundos Comunitários para o fazer, o problema existe para resolver e sabe que isso representa uma oportunidade para resolver outro tipo de problemas em Rio Maior, nomeadamente a nível urbano.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Quanto a esta matéria gostaria de saber quantos alunos que frequentam a Escola Superior de Desporto estão a necessitar de alojamento.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se com o facto da Senhor Presidente ter tido a deferência de dar conhecimento da carta de compromisso que vai ser assinada.-----

----- Sobre a proposta “Diabetes em Movimento” referiu que as parcerias e as redes são o futuro e onde está a ciência e a capacidade instalada isso tem que ser aproveitada ao máximo. Frisou também que os projetos pioneiros como a Unidade de Cuidados Continuados e Cuidados á Comunidade, é fundamental. Referiu ainda que era diabético e sabia da importância de viver com um mínimo de qualidade, daí oferecer-se, para ser monitorizado por este projeto, frisando não estar apenas a votar o projeto “diabetes em movimento”, mas também como “cobaia” para que no concelho de Rio Maior se possa fazer da diabetes não uma doença calada, pois é algo absolutamente demolidor e as perspetivas são aterradoras, frisando apoiar este projeto e disse que é da máxima importância dar visualidade ao mesmo.-----

----- Sobre a residência de estudantes recordou a visita do António Filipe á Escola Superior de Desporto, referindo que também convinha ler o manifesto, porque foi o único partido que apontou a resolução da residência estudantil. Disse também que a Assembleia da República deu conhecimento ao Instituto Politécnico de Santarém, do Projeto de Resolução apresentado pelo PCP na Assembleia da República, considerando prioritário o apoio financeiro do Estado para a construção de uma residência de estudantes da Escola Superior de Desporto de Rio Maior. Referiu que iriam lutar até ao limite para que a mesma possa ser construído dado haver um compromisso, pois a verba foi duas vezes retirada do Orçamento de Estado.-----

----- Congratulou-se qua a Câmara tenha encontrado uma solução, mas são cento e oitenta e sete pessoas que entraram este ano para a escola, e da inventariação das necessidades são cerca de cem que necessitam de alojamento. Frisou que é importante resolver os problemas emergentes e imediatos, mas não deixar cair a necessidade de resolver o restante e informou que ainda estão em negociações com todos os partidos, incluindo o CDS, no sentido de resolver esta questão que não é partidária, mas sim da maior importância para o concelho e para Portugal, porque a

única Escola Superior de Desporto é a de Rio Maior, portanto todos devem unir esforços para conseguir a construção da residência.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre a visita da Senhora Deputada Eng^a Patricia á Escola Superior de Desporto partilhava que a posição do CDS não é pela construção de uma residência, mas sim pelo aproveitamento dos inúmeros espaços devolutos que existem no centro da cidade de Rio Maior, sendo assim uma forma de dar vida ao centro e reabilitar os edifícios.----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

---- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

---- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Deu de seguida a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Câmara Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhora Maria Conceição Henriques Duarte – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Câmara Municipal e a todos os presentes. -----

----- Conforme foi falado na reunião de vinte e oito de outubro foi dado á empresa um prazo de dez dias para apresentar o teste acústico e que o mesmo seria discutido na reunião de vinte e cinco de novembro, dado que a reunião foi antecipada fizeram a entrega do teste no passado dia dezoito de novembro. Disse que enviara durante o fim de semana um email para o Gabinete de Apoio á Presidência, e solicitava se podiam fazer a reposição do horário, dado que os resultados estão de acordo com a Lei.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que iria haver uma reunião extraordinária no dia trinta de novembro.-----

----- **Senhor Paulo Jorge Mota Coelho – Rio Maior** -----

----- Prescindiu da sua intervenção por ter sido já esclarecido acerca da questão que iria colocar. -----

----- **Senhor João Narciso Verde da Costa – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Câmara Municipal e a todos os presentes. -----

----- Referiu que todos sabiam o que era o acesso a Vale de Óbidos antes de se pensar na A15, quando ainda era o IP6, ou seja o acesso a Vale de Óbidos foi uma situação que esteve equacionada e referiu que outros interesses se levantaram na época, ou seja em mil novecentos e oitenta e dois. Referiu que a única posição que a população de Vale de Óbidos tomou foi fazer um abaixo assinado que enviaram ao município e o processo foi liderado pelo Senhor Júlio Carreira. Recordou que houve a

expropriação de terrenos e que não foram utilizados, porque tinham a ver com o IP6, e todos sabem que o problema principal é a habitação que está no local, cujo projeto foi aprovado pela Câmara Municipal e que não o devia ter sido.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse que também se recordava da aprovação dos projetos para o desvio para a EN1 e como acompanhou o processo referiu que nunca ouvira falar no Nó de Vale de Óbidos, e, até ao momento que alguém lhe traga um documento oficial sobre esta matéria, continuava a desconhecer, solicitando que não levem a mal, se considerar isso como imaginação, porque podem consultar o arquivo municipal, a Comunicação Social da altura, também devem consultar as instituições governamentais, mas que apresentem por escrito, que o Nó de Vale de Óbidos, esteve previsto como intenção, como projeto ou de qualquer outra forma e quando isso acontecer apresentaria desculpas. Disse também que, como se tratava de uma situação extremamente importante, e na altura era autarca na Asseiceira e fazia parte do Gabinete de Apoio á Presidência da Câmara Municipal de Rio Maior, acompanhava este processo, por decisão do Presidente da Câmara, daí não acreditar que essa situação lhe passasse ao lado e não andava distraído, mas caso isso tivesse acontecido também estava a tempo de o reconhecer.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que iria reunir com um munícipe de Rio Maior que diz que tem documentos sobre a abertura deste acesso e iria tentar explorar isso nas instâncias superiores, uma vez que dentro da Câmara não encontrava registos sobre este assunto. Informou que iria reunir toda a informação possível para tentar perceber se do lado de lá existe algum registo nesse sentido.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que a Senhora Presidente devia levar o seu programa eleitoral, quer enquanto Presidente de Junta de Freguesia, quer enquanto candidata a Presidente da Câmara.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- De novo no uso da palavra disse que, se constava do programa eleitoral da Senhora Presidente a abertura desse acesso, subscrevia, mas solicitava que não se baseiem apenas em pretensões ou situações que poderão fragilizar o processo.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Frisou que o que dizia no programa eleitoral era que iria lutar pelo acesso, o que sempre tem feito, desde que foi eleita, mas sempre lhe foi dito que nunca esteve previsto. Era apenas um Nó de apoio á obra. Salientou também que o seu

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

compromisso para o concelho é tentar fazer o melhor possível, na defesa do interesse de Rio Maior e dos riomaiorenses.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e dez minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____